







# Armazens Geraes de Campina Grande

## DE S. VIEIRA & C.º

### SE'DE: — RUA MARQUEZ DO HERVAL N. 11

#### EDITAL

##### Empresa de Armazens Geraes de Campina Grande

Pela Secretaria da Junta Commercial do Estado da Paraíba, em obediência ao § 1.º do art. 1.º do decreto n.º 1.02, de 21 de novembro de 1903, se faz público que, em sessão na mesma Junta, hoje realizada, foi ordenada a matrícula da empresa de Armazens Geraes de Campina Grande, José Estad. da firma S. Vieira & C.º, no registro do comércio e aprovados o regulamento interno e a tarifa dos gastos Armazens, que pretende fundar na praça de Campina Grande, tendo por fim a guarda e conservação de mercadorias e a emissão de títulos especiais que as representem, para o que apresentou as declarações constantes de petição inicia e mais documentos abaixo publicados.

E eu M.º o Fernandes d. Lima, oficial da Secretaria desta Junta, lavrei o presente.

Secretaria da Junta Commercial do Estado da Paraíba, em 2 de março de 1928.

O Secretário

Theotonio Bernardino Alves

Muito-síssima Junta Commercial do Estado da Paraíba. S. Vieira & C.º, comerciantes estabelecidos nesta cidade de Campina Grande, à rua Marquez do Herval n.º 11, pretendendo explorar o comércio de Armazens Geraes, vem nos termos do decreto n.º 1.02, de 21 de novembro de 1903, fazer as declarações seguintes:

1.º — A sede comercial dos Armazens Geraes será nesta cidade, nos predios n.º 11 à rua Marquez do Herval, pertencente ao sr. José Rodrigues e n.º 28 a mesma rua, pertencente ao dr. Virgílio Ribeiro Maracajá, os quais oferecem comodidade e segurança para a guarda de generos nesses depositos.

2.º — Propõe-se a receber em deposito, generos ou mercadorias nacionais ou nacionalizadas de acordo com a tarifa juntas.

3.º — As operações são as de depositários commissários e bem assim as que não fôrem contrárias ao disposto no decreto acima citado.

Acompanham a presente os annexos:

a) — O regimento interno dos Armazens;

b) — A tabela remuneradora de deposito e demais serviços.

Satisfitas assim as exigencias do decreto 1.102, de 21 de novembro de 1903, os requerentes pedem a sua matrícula e bem assim a publicação do edital e regulamento juntas. Nestes termos — Pedem deferimento. Campina Grande, 1 de março de 1928. S. Vieira & C.º, sobre uma estampilha federal de rs. 2800 e uma estatal da mesma importância, devidamente inutilizadas.

#### REGULAMENTO INTERNO

##### CAPITULO I

###### Das operações dos Armazens Geraes

Art. 1.º — Os Armazens Geraes de Campina Grande receberão em deposito e em consignações, generos ou mercadorias nacionais ou nacionalizadas, podendo emitir títulos — conhecimento de deposito e warrants — que os representem.

Art. 2.º — Os Armazens Geraes de Campina Grande só aceitarão generos ou mercadorias de conservação segura, recusando os mal acondicionados e os que, arruinados ou avariados, ou por serem de fácil deterioração, possam danificar os já depositados.

Art. 3.º — Incumbem-se também os Armazens. Geraes de:

a) — rebeneficiar, empresar, enfardar e reenfardar a godo;

b) — rebeneficiar e reenascar café e cereais;

c) — acondicionar e mudar os envoltórios em fardos, saccos ou volumes;

d) — despachar e retirar da Estrada de Ferro, as mercadorias ou generos que tenham de ser recolhidos em seus depositos;

e) — astantar fretes, direitos fiscais e demais despesas, e praticar qualquer operação que tenda a facilitar as relações de comércio, indústria e agricultura, observadas as restrições do decreto n.º 1.102, de 21 de novembro de 1903.

Os serviços como beneficiar, prensar, enfardar e reenfardar a godo; rebeneficiar café e cereais, serão executados por conta das mercadorias, nos estabelecimentos para isso apropriados.

##### CAPITULO II

###### Do deposito, serviços e responsabilidades

Art. 4.º — A pessoa que pretender deposito, apresentará proposta no escritório dos Armazens Geraes, das 8 às 16 horas, em forma impressa, que lhe será fornecida, contendo o nome do depositante e a ordem de quem efectua o deposito, a marca e numero dos volumes, a quantidade, qualidade dos envoltórios e seu estado, peso, natureza e outras indicações, e bem assim o prazo de armazenamento. Quando o genero ou mercadoria houver sido expedido diretamente aos Armazens Geraes, este cumprirá as instruções do remetente, sendo dispensada a proposta.

Art. 5.º — Concedido o deposito, por despacho na proposta, servirá esta de guia para entrada das mercadorias nos armazens, effectuando-se o recebimento pelo prioridade na chegada.

Art. 6.º — A proposta terá valor por 48 horas, sendo necessária outra quando findo este prazo.

Art. 7.º — Nenhum serviço será executado, sem que o interessado requisite por escrito. A execução de qualquer serviço é permitida a assistência dos donos dos generos ou mercadorias.

Art. 8.º — O adiantamento de fretes, direitos fiscais etc., pelos Armazens Geraes importa autorização dos interessados para que sejam feitos os respectivos generos ou mercadorias, que ficarão sujeitas ao pagamento do competente premio. Ainda que não haja adiantamento de frete, direitos etc., por parte dos Armazens Geraes, se estes forem responsáveis perante as autoridades estaduais estudas direitos fiscais, devidos por generos ou mercadorias em deposito, entende-se que os Armazens estão do mesmo modo autorizados a efectuar o seguro. O valor será designado pelos Armazens, se o depositario o não fizer.

Art. 9.º — Os Armazens nos termos do art. 11 do decreto n.º 1.102 de 21 de novembro de 1903, são responsáveis pela guarda, conservação e fiel entrega dos generos ou mercadorias que houverem recebido em deposito, não lhes cabendo, porém, responsabilidade pelos casos de força

maior, avarias ou vicios, pela alteração de qualidade proveniente da ação do tempo (deterioração intrínseca), nem pela diminuição do peso, resultante da quebra natural.

Art. 10 — Os Armazens verificarão a exactidão das declarações constantes da proposta de deposito, relativamente à quantidade, peso e natureza de mercadoria, quando requisitados, livrem de fazer as competentes anotações nos titulos representativos (conhecimento de deposito e warrants), não respondendo porém, pela natureza, qualidade, estado dos generos e mercadorias contidas em envoltórios, sacos, pacotes, fardos ou caixas e nem pelo peso, quando emitido o receipto de deposito, si não houver sido feita a verificação na entrada dos Armazens.

##### CAPITULO III

###### Dos titulos representativos, sua emissão e circulação

Art. 11 — Depositados os generos ou mercadorias, os Armazens, segundo a requisição do depositante, exarada na proposta, emitirão:

a) — ou titulos representativos (conhecimento de deposito e warrants);  
b) — ou receipto de deposito que não é negociável, nem transferível por endoso.

Art. 12 — Os generos ou mercadorias de que se emitem titulos (conhecimento de deposito e warrants) serão seguros contra o risco de incêndio pelos Armazens numa companhia de seguros de toda confiança, em nome dos mesmos Armazens, sendo o depositante que pagará aos Armazens o competente premio.

Se no vencimento do prazo de deposito não forem devolvidos os titulos, sub-istará a cobertura do risco por conta de quem de direito, até a data da respectiva devolução, sem prejuizo do deposito do art. 27.

Art. 13 — Se depols de emitidos o receipto ou os titulos (conhecimento de deposito e warrants), forem requisitados serviços que possam alterar numeros, marcas ou quantidade de volumes, por mistura ou separação dos respectivos generos ou mercadorias, taes serviços não serão executados sem a apresentação dos titulos.

Art. 14 — Dos titulos representativos (conhecimento de deposito e warrants) o depositante ou terceiro por ele autorizado, passará o respectivo receipto.

Art. 15 — No caso de cessão, os Armazens, por solicitação escrita do depositante, podem substituir o receipto por outro, passando em nome do cessionario.

Art. 16 — O portador legal dos titulos representativos (conhecimento de deposito e warrants) poderá requisitar a sua substituição pelo simples receipto e vice-versa, juntando-o à requisição.

Art. 17 — Os receiptos de deposito, os conhecimentos de deposito e warrants, conterão todas as declarações exigidas pelo decreto 1.102 de 21 de novembro de 1903 e serão assinadas pelos empresarios ou pelo substituto legalmente autorizado.

Art. 18 — No caso de extravio ou perdas de titulos serão observadas as disposições do decreto n.º 1.102 de 21 de novembro de 1903.

##### CAPITULO IV

###### Do prazo de deposito, taxas e seus pagamentos

Art. 19 — O prazo communum de deposito é de um mês e o máximo de três, suscetivel, porém, de prorrogação solicitada dois dias antes do vencimento.

O primeiro mês é sempre devido e diariamente paga-se a armazenagem por quinzena, cuja fração será dividida entre a quinzena completa.

A armazenagem corre desde o dia da entrada do primeiro volume e tanto aquelle como o da saída do ultimo volume se incluem no mês ou na quinzena.

Art. 20 — As taxas de armazenagem não remuneram a verificação de que trata o artigo 10º, nem a execução de qualquer outro serviço, que estão sujeitos à competente tarifa ou a previo ajuste, quando ainda não tarifados.

Art. 21 — Na somma das taxas de qualquer deposito ou serviço, as fracções de 100 rs. serão contadas como 100 rs., e se o total a cobrar pelo deposito, ou por qualquer serviço, for inferior a 1.000 mil réis, cobrar-se-á esta quantia.

Art. 22 — E' facultativo ao depositante pagar todas as despesas por antecipação; se porém forem adiantadas pelos Armazens devem ser pagas no fim do primeiro mês vendido de seu deposito e para facilitar tais pagamentos, os Armazens consentem em que o depositante lhes remeta uma procuração dando-lhes poderes para vender de seu deposito a quantidade strictamente necessaria para cobrir a importancia de seu debito, ficando o depositante creditado ao excesso, caso as mercadorias ou generos vendidos tenham premo importancia maior que a das despesas vendidas.

Tal procuração deve ser passada ou reconhecida pelo tabellão de residencia do depositante.

Art. 23 — Os armazens têm o direito de retenção na forma do art. 24 do decreto n.º 1.102 de 21 de novembro de 1903, para garantia das armazenagens e demais taxas, assim como dos demais adiantamentos oriundos de fretes, direitos fiscais, etc., etc.

Art. 24 — Os Armazens não abatem o preço marcado na tabela em favor de depositante nenhum.

Art. 25 — Os serviços não tarifados devem ser previamente ajustados com os Armazens, que guardarão uniformidade na percepção das taxas remuneratórias, de sorte a estabelecer a mais completa igualdade entre os depositantes.

Art. 26 — As mercadorias sujeitas a direitos (imposto de exportação de outros Estados) têm o prazo de vencimento de deposito subordinado ao que for concedido para aquelle pagamento nos termos das respectivas leis, regulamentares.

Art. 27 — Vencido o prazo de deposito, se o depositante não comparecer para accordar sobre a prorrogação, repartir-se-á a mercadoria abandonada e os armazens poderão então marcar o prazo mínimo de 8 oito dias para o depositante fazer a retirada, contra a entrega do receipto ou dos titulos, se tiverem sido emitidos.

Art. 28 — Fondo o prazo marcado, que correrá — do dia em que o aviso for registrado no Correio, os Armazens mandarão vender a mercadoria pelo Corretor ou leiloeiro, em leilão publico, anunciado com antecedencia de tres dias, observadas as disposições do art. 28 §§ 3, 4, 6 e 7 do decreto n.º 1.102 de 21 de novembro de 1903;

b) — O producto de venda, deduzidos os créditos indicados no art. 26 do decreto n.º 1.102 de 21 de novembro de 1903, se não for reclamado por quem de direito dentro do prazo de oito dias, será depositado judicialmente por conta de quem pertence.

Art. 29 — Os Armazens nos termos do art. 11 do decreto n.º 1.102 de 21 de novembro de 1903, são responsáveis pela guarda, conservação e fiel entrega dos generos ou mercadorias sofrerem deterioração, que prejudiquem a garantia de adiantamentos feitos pelos Armazens, ou a sua responsabilidade por fretes, direitos fiscais, taxas, etc., estes avisando o depositante e marcando-lhe o prazo

minimo de oito dias para o reembolço do que lhe for devolvido, agirão, no caso de não serem attendidos, nos termos expressos do art. 27.

##### CAPITULO V

###### Da entrega das mercadorias

Art. 30 — Os fiéis dos Armazens só entregarião generos ou mercadorias mediante ordem escrita do Escritorio dos Armazens, ordem nominativa que não é negocieável nem suscetivel de ser endossada.

Art. 30 — A ordem de entrega será requisitada por escrito, devendo o interessado restituir, no acto em que faz a requisição, os titulos representativos (conhecimento de deposito e warrants) se houverem sido emitidos.

Art. 31 — Se o deposito houver sido dado apenas o receipto, terá este de ser devolvido aos Armazens, quando a retirada for total, ou exhibido para annotação no verso, se parcial a retirada.

Art. 32 — A entrega dos generos ou mercadorias se efectuará pela prioridade de chegada dos interessados aos Armazens.

##### CAPITULO VI

###### Dos Armazens, serviços internos, extração de amostras e exame de mercadorias

Art. 33 — Os Armazens estarão abertos todos os dias úteis, das 8 às 16 horas podendo ser aberto á noite nos casos urgentes ou de força maior.

Art. 34 — Os fiéis dos Armazens só executarão as ordens emanadas do escritorio dos Armazens, ao qual os interessados terão de se dirigir e onde deverá ser feita qualquer reclamação.

Art. 35 — Todos os serviços internos dos Armazens serão executados por seu pessoal.

Art. 36 — A extração de amostras somente será permitida aos depositantes, ou seus representantes, mediante pedido por escrito ao escritorio dos Armazens, pagando elles, depositantes, as despesas occasionadas pela abertura dos volumes, sua arrumação e outros serviços semelhantes, quando for o caso e quando não for feita a inspeção e não terem sido retiradas as amostras na entrada da mercadoria.

Art. 37 — Os interessados poderão examinar as mercadorias e os generos depositados, e conferir as amostras, precedendo licença dos Armazens e sendo acompanhados pelos Empresarios, fiéis dos Armazens ou por um dos seus subordinados.

##### CAPITULO VII

###### Do pessoal e suas obrigações

Art. 38 — Para o seu serviço terão os Armazens Geraes, os empregados seguintes:

fiéis de armazens;  
guarda-livros;  
auxiliares.

Art. 39 — Todos os empregados serão nomeados pelos Empresarios dos Armazens Geraes, que lhes fixarão os ordenados pagos mensalmente.

Art. 40 — Os fiéis terão sob sua guarda e fiscalização os armazens, abrindo e fechando nas horas determinadas, e das quais conservarão em seu poder as chaves. Competir-lhes também dirigir os serviços dos auxiliares e cumprir as ordens dos Empresarios.

Art. 41 — O guarda-livros terá a seu cargo a escrituração dos livros e demais papéis conforme instruções dadas pelos Empresarios.

Art. 42 — Os demais auxiliares cumplirão os seus deveres, desempenhando os serviços que lhes competirem.

Art. 43 — Os empregados responderão perante os Empresarios pelos actos e faltas que commeterem, podendo lhes ser imposta, no caso de infração deste regulamento, multa pecuniária ao arbitrio dos Empresarios.

Campina Grande, 1º de março de 1928.

S. Vieira & C.  
Empresarios.

##### TARIFAS

DOS

###### Armazens Geraes de Campina Grande

DE

S. VIEIRA & C.

##### Tabellae — A

	Por mez	008	012
Algodão prensado, kilo			
Idem em saca, kilo			
Assucar refinado, cristal, demerara; branco de uzina ou banguá, em saco ou barica, por volume até 100 kilos			
Idem bruto de banguá, retame, 3º jacto de uzina, por volume até 60 kilos			
Rapadura, volume até 60 kilos			
Couros { peles de qualquer qualidade, kilo			
secos salgados, um			
comum, por 15 kilos ou fraccão			
commum, por 15 kilos ou fraccão			
refinado em saco, por 15 kilos ou fraccão			
refinado em caixas ou outros envoltórios, por 15 kilos ou fraccão			
Caroço, sementes de algodão ou outras, kilo			

##### Tabellae — B

Acidos líquidos, sulphurosos, nitricos ou quaequer outros de natureza corrosiva, kilo	450
Agua mineral, por volume até 60 kilos	280
Alluma, volume até 60 kilos ou fraccão	200
Armarinh, por volume até 45 kilos	120
Azeite de condimento, qualquer qualidade, até 70 kilos	180
Bacalhau { Meia barrica, uma	180
Calxa até 70 kilos	100
Banha, volume até 60 kilos	180
Batatas, » 70 »	180
Borschha em rama, kilo	260
Biscuitos, volume até 60 kilos	200
Brinquedos, artigos carnavalescos, quinquilharias, vo-	010
lume até 60 kilos	780

Breu, por kilo	008
Cerveja, caixa	380
Café, volume até 60 kilos	180
Camas de ferro, lastro para cama, kilo	020
Charutos e cigarros, volumes até 60 kilos	020
Chapéos de palha de arroz e similares, volume até 100 kilos	2.400

Idem, volume excedente de 100 kilos, por kilo que excede	020
Chapéos de palha de carnaúba, volume até 60 kilos	480
Calçados, volume até 100 kilos	800
Cimento, kilo	002
Estopa, kilo	005
Frascos vazios volume até 60 kilos	400
Farinha { de mandioca, até 60 kilos	180
alimenticias, lacticas, etc, vol. até 60 kilos	180
Fructas em conserva, doces, etc, volume até 60 kilos	480
Frigorifico grossa, ferro em barras, linguados, varões, folhas, kilo	100
Folha de flandres, volume até 60 kilos	080
Fumo em folha, fardo até 60 kilos	080
em corda, em latas ou encapados, volume até 60 kilos	480
Louça em giga, caixa, barrica, kilo	580
Manteiga, kilo	010
Melaço, lata	005
vigas, pranchas, taboas, barrotes, por metro cubico	2.300
Madeiras calibres, ripas, esteios e outras peças semelhantes, ad valorem	3%

Milho, saca de 60 kilos	180
</tr